

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e conflito na Amazônia.** Belém: Ed. Cejup, 1996.

Esta é uma história de camponeses dotados de alto grau de consciência da própria dignidade e que foram empurrados para a marginalidade por um Estado que deveria manter os seus direitos previstos na legislação do país. É uma comédia humana em que se confundem, de um lado, empresas que empregam pistoleiros empunhando, dizem, a bandeira da ordem e, de outro, humildes lavradores com muita coragem e personalidade, capazes de enfrentar a mentira com a exposição da própria vida. Enfrentaram inimigos protegidos pelo Estado, primeiro recorrendo às instâncias legais. Esgotados estes recursos resistiram com os mesmos métodos dos seus antagonistas. Uma diferença deve ser feita, porém. A de que a luta dos posseiros perseguidos era resistência aos mais degradados meios de exploração e aviltamento dos direitos civis. A do Estado que os liquidou, apesar de baseada na legalidade, era tão ilegítima que o obrigou a redimir-se na primeira curva da História. Algo comparável ao que aconteceu com Joana d'Arc, na França, Tiradentes, no Brasil, William Wallace, na Escócia, Zapata, no México. O mesmo Estado que mata no primeiro momento, em seguida aproveita e usufrui a bravura dos heróis, incorporando antropofagicamente o valor e as virtudes celebradas pelo povo.

É um drama em que os conceitos são revolvidos em sua essência por força do questionamento da construção do direito, da ordem, da propriedade, do Bem e do Mal. A teoria de Hobsbawm em que caracteriza os bandidos sociais ao estilo de Robin Hood é utilizada como referência neste trabalho. O conceito ganha força pelo sujeito analisado.

Estas são as impressões que ficam da leitura de “Estado, bandidos e heróis”, de Violeta Refkalefsky Loureiro, professora da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. A obra é o produto de sua tese de doutorado concluído no final de 1994, no Instituto de Altos Estudos sobre a América Latina, da Université de la Nouvelle Sorbonne, Paris III, na França e que vem publicada, no Brasil, pela Editora Cejup, de Belém do Pará.

“Quintino da Silva Lira nasceu no município de Augusto Correa em 1947 e morreu em Viseu (povoado de Vila Nova) aos 38 anos de idade, no dia 4 de janeiro de 1985. Mudou-se para Viseu ainda novo. Quintino desde jovem era chamado por fazendeiros para trabalhos temporários como amansador de

boi e burro brabo, atividade que lhe conferia enorme mobilidade na área e, ao mesmo tempo, grande conhecimento dos rios, igarapés e matas, das estradas e caminhos entre fazendas, povoados, vilas e cidades da região. Este saber lhe foi útil mais tarde, quando começou a atuar com seu bando e precisou escapar das buscas e dos cercos policiais”. Possesiro em mais de um lote, perseguido mais de uma vez, tentando resolver por via judicial uma disputa de terra na qual foi lesado pelo adversário que destruíra sua plantação de bananas, e esgotados todos os recursos burocráticos, resolve fazer justiça pelas próprias mãos, começando uma escalada de mortes que o transforma em justiceiro dos colonos da Gleba Cidapar. Para isso assumiu o nome de Armando Oliveira da Silva, separou-se de Helena de Aviz, com quem teve quatro filhos – Albélia, Arlete, Aquiles, Alessandra, e passou a viver itinerante.

A empresa que se funda sobre as terras griladas, em um complicado esbulho possessório cuja origem remonta aos tempos das sesmarias, faz a extensão da área sair de 60.984 para 387.255 hectares, sobrepondo-se aos direitos de comunidades indígenas e camponesas existentes em sua superfície.

A ação do Estado e sua política de favorecimento do capital praticamente autoriza a violência da empresa CIDAPAR e de fazendeiros sobre os posseiros da região. Estes últimos, organizados, recorreram mais de quinze vezes às diversas instâncias do poder público, em vão. No curso destas disputas, constatada a parcialidade das instituições contra os camponeses e índios, a figura e métodos de um homem decidido e injustiçado ganham dimensão e passam a representar a forma de enfrentamento contra as violências.

Quintino entrou na História tentando corrigir a política de favorecimento das empresas agropecuárias em detrimento dos posseiros, entre os quais se incluía.. Não chegou a ser absorvido em tempo algum pelo poder dominante, não se inseriu em uma luta pela transformação do regime, não teve suas idéias assumidas por uma população genericamente rebelada contra o Estado, não foi conhecido a não ser em uma área limitada, e em um tempo, por enquanto, muito restrito, diferentemente de outros líderes de rebeliões camponesas. Quintino chegou a ter o apoio de toda a população da área em que vivia, podendo mobilizar mais de duzentos homens, se necessário, para as ações de justiça que executava, sempre de comum acordo com os colonos, e por solicitação destes.

Loureiro não faz comparações, preferindo distinguir Quintino sobretudo dos cangaceiros do Nordeste e associá-lo ao bandido social descrito por Hobsbawm em que o modelo é Robin Hood.

O personagem paraense tem uma ética cristã, baseada no antagonismo entre o Bem e o Mal representados por colonos x empresa e nele se inspira para orientar os do seu grupo. A empresa CIDAPAR utilizava-se de pistoleiros, de homens pagos para matar e fazer indignidades aos lavradores honrados da região e, portanto, era má. Os colonos queriam a terra para nela trabalhar e criar os seus filhos, representando o Bem. O Estado e o Governador Jader Barbalho são preservados na concepção expressa nas palavras de Quintino. Vistos como algo acima da contradição, deveriam regular os conflitos, intervindo a favor dos camponeses. Como não o fizeram no tempo que era de fazer, transmitiram aos empresários o poder político. “Este poder que se potencializa no Estado pelo exercício da autoridade: pelo fato de que o Estado é a única entidade que detém a capacidade de exercer a violência em nome do direito instituído na sociedade. Há, entretanto, um poder político que ultrapassa os limites do Estado e mais – que se situa fora do Estado e que, com freqüência se manifesta contra ele. Esta forma de poder político pode ser encontrada nos grupos de pressão, seja de empresários, de religiosos, da imprensa ou nos movimentos sociais” (p.15).

A obra tem a virtude de esclarecer fatos organizando-os em uma perspectiva de interpretação histórica e sociológica que fortalece uma visão dinâmica das ciências sociais. A de que os oprimidos são atores cuja existência não pode ser tratada como a de simples objeto da ação dos opressores. Eles cumprem um papel político em que influenciam diretrizes e comportamentos do Estado e dos seus antagonistas obrigando-os a manobras e derrotas. Os excluídos não o são sem um preço, sem uma demonstração de seu descontentamento, de sua revolta, e da incoerência dos seus opositores que necessitam de sua existência enquanto categoria social.

A dissertação é dividida em quatro grandes partes. Na primeira, depois do prefácio de Christian Gros, orientador da tese no curso do IHEAL, a autora trata dos elementos teóricos dos quais vai se servir na análise. O Estado é enfocado no seu comportamento diante dos movimentos sociais na história do Brasil e nesse estudo.

Na segunda parte, chamada de primeiro livro, intitulada ‘A conquista da terra e a luta contra o Estado’, repertoria os atores sociais presentes em sua problematização. Nela aparecem em detalhe a história da Gleba Cidapar, o Estado, os sindicatos e os sindicalistas, a Igreja, as empresas e os

#### Resenhas

empresários, os pistoleiros e o campesinato resistindo através do grupo de Quintino.

Na terceira parte, dita segundo livro, Quintino e a saga dos camponeses é descrita no detalhe, com longas citações de sua fala e de entrevistas com outros que com ele conviveram. Prefeito, cartorário, repórteres, colonos, sindicalistas e o próprio Quintino desenham uma realidade crua e rica de humanidade.

A documentação listada como substrato da construção deste sujeito de estudo é apresentada na quarta parte, dita terceiro livro. O material empírico, riquíssimo, varia de notícias da imprensa, a entrevistas diretas e inéditas feita por um repórter e um fotógrafo que viveram contato direto com Quintino. Chegou a reunir em torno de 50 horas de fita gravada, cedidas gentilmente para o trabalho apresentado por Loureiro. Cartas, documentos utilizados no inquérito policial militar de julgamento dos envolvidos no cerco e morte dos membros do movimento, depoimentos de civis, religiosos, militares, governantes, advogados e pessoas ligadas ao fato são analisados à luz das teorias sociológicas em curso na atualidade.

A tese defendida na França é convertida em livro, no Brasil, com os ajustes normais deste empreendimento. Partes essenciais a um público especializado, indispensáveis na apresentação acadêmica, foram suprimidas ou ajustadas, de maneira a não diminuir em nada o valor deste primeiro esforço em guardar sistematizadamente a história de um momento de enorme importância na expressão das aspirações e capacidade de resistência dos camponeses brasileiros. Pela proximidade com o tema, conhecimento profundo do sujeito que se dispôs a desenvolver, e coerência que vem demonstrando em sua obra, Violeta Refkalefsky Loureiro terá dado neste trabalho uma contribuição indiscutível para a compreensão da questão agrária no país.

De estilo leve e fluente, pode ser recomendado a uma ampla faixa de estudantes, professores, pesquisadores e amantes da literatura sociológica.

Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Doutorando na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França  
Bolsista da Capes

